

O Paradoxo Bourdieusiano da Submissão Feminina em contos de Mia Couto e Lídia Jorge

Rosângela Silveira de Azevedo Leme¹

RESUMO

Este artigo analisa a condição feminina nos contos “Os olhos dos mortos” (2003) e “Marido” (1997), de Mia Couto e Lídia Jorge, respectivamente, ambos produzidos no período pós-colonial. Esta análise é desenvolvida a partir dos conceitos de Bourdieu sobre violência simbólica, *habitus*, dominação masculina, submissão feminina e estruturas de dominação. Serão consideradas, ainda, as contribuições dos *agentes específicos* e *instituições*, apontados por Bourdieu como produtores e reprodutores das *estruturas de dominação*, que naturalizam a dominação masculina.

Palavras-chave: Submissão feminina; patriarcado; Bourdieu; Mia Couto; Lídia Jorge.

The Bourdieusian Paradox of female submission in short stories by Mia Couto and Lídia Jorge

ABSTRACT

This article analyzes the female condition in the short stories “Os Olhos dos Mortos” (2003) and “Marido” (1997), by Mia Couto and Lídia Jorge, respectively, both produced in the post-colonial period. This analysis is based on Bourdieu's concepts about symbolic violence, *habitus*, male domination, female submission and structures of domination. The contributions of *specific agents* and *institutions* will also be considered, identified by Bourdieu as producers and reproducers of *structures of domination*, that naturalize male domination.

Key Words: Female submission; patriarchy; Bourdieu; Mia Couto; Lídia Jorge.

1. Introdução:

Em sua obra *A dominação masculina* (1998), o sociólogo francês Pierre Bourdieu aborda o tema da desigualdade entre homens e mulheres, pesquisando suas causas e efeitos, apontando sua origem em uma construção social arbitrária que, no entanto, foi naturalizada por meio de instituições como Família, Escola, Igreja e Estado, e pelos homens, por meio da violência física e da violência simbólica.

¹ Graduada em Letras-Português, UNIFESP - rosangela.leme@unifesp.br - ORCID 0009-0006-8783-1473



A violência simbólica seria a naturalização do uso de categorias construídas do ponto de vista dos dominantes pelos dominados para ver e avaliar a si e aos dominantes. Bourdieu afirma que a sociedade se organiza pela oposição entre masculino e feminino, seguindo um sistema de oposições homólogas suficientes para sustentar um jogo de transferências práticas e metafóricas, bem como conotações e correspondências e, ainda, que um sistema mítico-ritual consagraria a ordem estabelecida, trazendo-a à existência conhecida e reconhecida.

A partir disso, desenvolve conceitos como *habitus*, que seriam disposições ou esquemas de percepção, pensamento e ação que as pessoas desenvolvem dentro de uma sociedade. Para Bourdieu, há uma dupla operação em que a natureza biológica masculina legitimaria a relação de dominação, sendo ela própria uma construção social naturalizada. Desta forma, conclui que a submissão feminina apresenta um paradoxo, sendo ao mesmo tempo espontânea e extorquida, produto dos efeitos duradouros impostos pela ordem social. Por fim, propõe que, através de uma ação política, sejam levados em conta todos os efeitos de dominação exercidos por estruturas de grandes instituições e por estruturas incorporadas (tanto entre mulheres quanto entre homens), como forma de superação da dominação masculina.

Em sua obra *O segundo sexo* (1949), a filósofa francesa Simone de Beauvoir antecipa questões que serão retomadas por Bourdieu quase cinquenta anos depois, como o fato de apontar o comportamento masculino e feminino como ecos de uma *realidade histórica específica*, e não frutos de uma *essência* e, ainda, que a mulher “obedece a determinados códigos sem questioná-los” (1949, *apud* SILVA e LIMA, 2017, p. 82). Conforme exposto no início, Bourdieu, assim como Beauvoir, aponta os comportamentos masculino e feminino como produtos de uma construção histórica e a predisposição à paradoxal submissão feminina, espontânea e extorquida, como produto de um trabalho de inculcação por parte de instituições e agentes específicos.

A discussão sobre a condição feminina no mundo tem sido objeto de inúmeros estudos envolvendo aspectos históricos, legais, sociais, culturais e, dentre essas discussões, a questão da integridade física da mulher tem sido objeto de frequentes pesquisas.



No Brasil, em 2005, o Ministério da Saúde publicou estudo no livro intitulado “Impacto da violência na saúde dos brasileiros”, colocando a violência contra a mulher como um problema de saúde pública e uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero, evidenciando sua dimensão universal (2005, pp. 117-135). O *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil* (Waiselfisz, 2015, p. 27), divulgado pela OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, revelou que o Brasil ostentava a quinta maior taxa de homicídios contra mulheres em todo o mundo. Em recente pronunciamento, o secretário-geral da ONU, António Guterres (2022), apontou que a violência contra mulheres é a *pandemia mais longa e mortal do mundo*, indicando que uma mulher é morta a cada onze minutos por um parceiro ou membro da família e, ainda, que uma em cada três mulheres em todo o mundo já sofreu violência. No entanto, apesar do caráter pandêmico, a violência contra a mulher era avaliada como normal em ao menos 33 países, de acordo com relatório *Mulheres do Mundo de 2010*, produzido pela ONU, revelando que as mulheres desses países julgavam as agressões sofridas, cujas motivações resultavam de recusa ao sexo, queimar a comida ou discutir com o marido, plenamente justificadas.

Assim, diante da relevância do tema e da naturalização do fenômeno por parte significativa da sociedade, inclusive de mulheres, o presente estudo tem como objetivo analisar dois contos produzidos no período pós-colonial, um em Moçambique e outro em Portugal, partindo da reflexão e dos conceitos apresentados por Bourdieu e, através dessa perspectiva, constatar se, e de que maneira, se encontram representadas nessas produções literárias a paradoxal submissão feminina, ao mesmo tempo espontânea e extorquida. Também será analisada nos contos a contribuição de *agentes específicos e instituições* que produzem e reproduzem as estruturas de dominação, conforme apontado por Bourdieu.

Para o filósofo e crítico literário Terry Eagleton (2011, p. 19, *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 96), as obras literárias refletem a mentalidade social de uma época:

As obras literárias não são misteriosamente inspiradas, nem explicáveis simplesmente em termos da psicologia dos autores. Elas são formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e



como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a “mentalidade social” ou ideológica de uma época (EAGLETON, 2011, p. 19).

Buscando essa forma específica de ver o mundo através da literatura, o *corpus* a ser analisado é composto pelos contos “Os olhos dos mortos”, de Mia Couto (2003), e “Marido”, de Lídia Jorge (1997). Ambos os autores são atentos observadores e críticos de seu tempo, refletindo sobre os aspectos socioculturais da sociedade, como apontado por Eagleton (2011), conforme se verificará mais adiante.

A lei de combate à violência contra mulheres no ambiente doméstico foi instituída em Moçambique em 2009 após um intenso movimento da sociedade civil, que elaborou a proposta, até sua aprovação. Durante esse *movimento*, foram publicados em 2008 uma série de artigos no semanário *Savana*, um dos jornais mais conhecidos em nível nacional, nos quais foram apontadas algumas especificidades sobre a realidade das mulheres naquele país africano. Destacamos três artigos que serão discutidos mais adiante, os quais, em síntese, apontam questões de ordem religiosa e social como evidências da estrutura patriarcal presentes na sociedade moçambicana.

2. Os autores e suas obras

Biólogo, professor e escritor, Mia Couto iniciou sua carreira literária com o livro de poesia “Raiz de Orvalho” (1983). Escreve poesias, crônicas, contos e romances. Atuou como integrante da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), como jornalista (Oliveira, 2012, p. 79). Filho de emigrantes portugueses, nasceu na cidade da Beira, Moçambique, em 1955. Moçambique conquistou a independência em 25 de junho de 1975, após dez anos de guerra anticolonial e, após dois anos, vivenciou uma guerra civil que durou outros dezesseis anos.

Mia Couto está entre os mais celebrados escritores de língua portuguesa e tem como traço estilístico sua prosa poética. Em sua obra, reflete a busca do seu povo pela identidade moçambicana que é, ao mesmo tempo, africana e híbrida (Gomes e Rios, 2020, p. 258).



O livro *O fio das Missangas* (2003) reúne vinte e nove contos cujos temas são a violência, a morte, a repressão e a vingança, em que as figuras femininas são retratadas como marginalizadas e subalternas. Desta forma, selecionamos o conto “Os olhos dos mortos” para uma análise comparativa com um conto da autora portuguesa Lídia Jorge. Ambos abordam o tema da violência contra mulheres no ambiente doméstico.

No conto “Os olhos dos mortos”, o foco narrativo é o de primeira pessoa e a narradora-protagonista, uma mulher não nomeada, sofre violência doméstica por parte do marido durante anos, mas sempre ocultou as marcas dessa violência no recôndito do lar. O dia retratado é decisivo na vida dessa mulher, cuja rotina de violência a fez habituar-se a *restos de vida*. A narrativa se inicia *in medias res*, quando a narradora, no tempo presente, deitada em sua cama pede desculpas a Cristo, pois naquele momento considera *ser* alegre, o que seria um pecado mortal, pois “*estar-se contente, ainda vá. Que isso é passageiro*” (Couto, 2003, p. 36).

O *pecado mortal* foi a resolução tomada por ela após anos de submissão a violências perpetradas pelo marido ao retornar para casa embriagado e que, além de tudo, transferia-lhe a culpa pelas agressões para obter o perdão, o que sempre conseguia, até aquele dia. Tem início, então, uma lembrança em que é dado a conhecer que uma semana antes o marido, ao chegar em casa, deparou-se com uma fotografia antiga do casal, emoldurada, em estilhaços. Nessa fotografia o marido estava retratado em sua juventude, magro, na varanda, cujo olhar é de *dono e patrão*, enquanto a esposa aparece desfocada, atrás, *sem pertença nem presença*, deflagrando o que viria a ser a mais violenta das agressões sofridas até então. Ela, sangrando, revela estar grávida, ao que Venâncio, o marido, se surpreende, questionando a idade dela como impeditivo para uma gravidez. A mulher, diferentemente das outras surras, busca socorro e descobre não estar grávida, o que lhe causa novo sofrimento. Uma semana depois, recuperada, antecipando a futura vingança que sofreria por ter ousado tornar pública a agressão causada pelo marido, toma uma decisão. No retorno ao lar defronta-se com a fotografia antiga e o olhar do *marido-proprietário*, recolhe um caco de vidro do chão, dirige-se ao quarto onde o marido dorme profundamente, deita-se ao lado dele, repassando sua vida.



Nesse momento é retomada a narrativa inicial, no tempo presente, quando a mulher está deitada na cama, dirigindo-se a Cristo, concluindo que, se errou, foi Deus que pecou através dela, eximindo-se do pecado. Depreende-se o assassinato do marido pelo sangue no lençol e o início do conto, onde ela menciona *falta-me apenas um quase para estar sozinha no quarto*, quando então é tomada pela alegria que julga ser errada.

Nesse conto, Mia Couto dá voz não só à mulher moçambicana, mas às de várias nações em que o patriarcado relega a mulher a essa posição *desfocada, sem pertença nem presença*, em especial a mulher negra, duplamente subjugada.

O Professor Julian Go, que analisou as contribuições de Bourdieu para os estudos coloniais, afirma que o sociólogo francês teorizou o colonialismo como um sistema em si mesmo, que molda comportamentos e interações sociais, implicando em papéis “para o colonizador e para o colonizado: ao primeiro (...) demanda racismo e paternalismo, ao segundo, subserviência e a adoção de comportamentos estereotipados relacionados.”, afirmando, por fim, que para Bourdieu o colonialismo é uma “relação de dominação” (2018, p. 22). Bourdieu, em *A dominação masculina* (1998, p. 68), considera que a violência simbólica está associada à dominação (de etnia, gênero, cultura, língua etc.).

O Professor Francisco Noa (1999), no artigo *Literatura colonial em Moçambique: o paradigma submerso*, afirma que o pano de fundo da literatura colonial é a colonização enquanto processo histórico, e o colonialismo, enquanto um sistema. Portanto, a literatura colonial “acaba por ser ou co-actuante ou consequência de um fenômeno que tem subjacentes motivos de ordem psicológica, social, cultural, ideológica, estética, ética, econômica, religiosa e política.” (p. 60). O colonialismo, enquanto um sistema, contribuiu para o agravamento das estruturas de dominação, apontadas por Bourdieu como responsáveis pela naturalização da violência. Os efeitos da dominação “podem sobreviver durante muito tempo depois de desaparecidas suas condições sociais de produção.” (Bourdieu, 1998, p. 71)



Nesse sentido, parece haver um paralelismo entre a forma como o autor buscou representar a mulher vítima de violência no conto e o colonialismo imposto contra Moçambique por Portugal.

Abordando as convergências pós-coloniais entre Mia Couto e Lídia Jorge, Gomes e Rios (2012), lembram que no livro “Pode o subalterno falar?”, a crítica e teórica indiana Gayatri C. Spivak (2010, p. 67), refletindo sobre a realidade pós-colonial, afirma: “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (2010, *apud* Gomes e Rios, 2012, p. 261). E complementam que:

(...) no contexto da pós-colonialidade, homens e mulheres encontram-se livres das imposições do colonizador. Mas a mulher prossegue, frequentemente oprimida não apenas na sociedade como também dentro de casa, devido a todo um sistema patriarcal opressivo que segue em vigência mesmo após seu país já haver se libertado do domínio estrangeiro (Spivak, 2010, *apud* Gomes e Rios, 2012, pp. 261, 262).

Os autores concluem que para se compreender a realidade pós-colonial “é fundamental buscar sínteses entre a literatura africana e a literatura portuguesa contemporâneas” (Gomes e Rios, 2012, p. 264), numa busca de superação do passado de antagonismo e conflito entre metrópole e colônia.

Figurando entre as principais autoras de língua portuguesa, a premiada escritora Lídia Jorge nasceu na cidade de Loulé, região do Algarve, Portugal, em 1946. Licenciou-se em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa (DGLAB, 2012). Durante o período final da guerra colonial entre Portugal e Moçambique, cuja independência foi conquistada em 1975, Lídia Jorge passou alguns anos decisivos em Angola e Moçambique, como professora. Em 25 de abril de 1974 a Revolução dos Cravos ocorrida em Portugal pôs fim a era da ditadura do Estado Novo, que durou 48 anos.

O primeiro romance foi publicado por Lídia Jorge em 1980, *O dia dos prodígios*, e a partir de então publicou diversos outros romances, antologias de contos e uma peça de teatro, sendo seus livros traduzidos em mais de vinte línguas. A antologia *Marido e outros contos* (1997)



reúne sete contos com diferentes protagonistas e o conto inicial, “Marido”, foi o escolhido para a análise a que nos propomos no presente trabalho.

Apresentando algumas características da *nova literatura* portuguesa, (ou *post modernidade*, como defende em seu artigo), Arnaut (2011, p. 131) indica algumas marcas estéticas e ideológicas sobre o romance português contemporâneo, como a polifonia, a fragmentação e a aparente perda da narratividade e exercícios metaficcionais. Em relação à escrita de Lídia Jorge, aponta para “ousadias semânticas e formais e para diversos aspectos geradores da desagregação estrutural da narrativa” (*Id.*, p. 133), e ressalta ainda que, depois de ultrapassar as dificuldades criadas pelo labirinto de vozes, o *legente* verificará a sistemática ocorrência de temas que apontam para uma preocupação com problemas históricos, sociais e humanos. É o que podemos constatar no conto de Lídia Jorge, ora em análise. É evidenciado no conto o tema da violência contra a mulher no ambiente doméstico, uma questão que toma dimensão universal, e ainda a submissão da protagonista às agressões durante tempos e a naturalização desse fenômeno, como se constitutivo da própria *natureza* feminina. Para Gomes e Rios, no conto *Marido* há um *duelo de vozes em conflito*, cujo modelo narrativo caracteriza a narrativa portuguesa contemporânea (2012, p. 248).

O conto tem início com o foco narrativo em primeira pessoa, no presente do indicativo, num suplício permeado por fragmentos da oração católica *Salve Rainha*, em latim, remetendo a uma ladainha que invoca uma imperiosa proteção contra uma ameaça iminente - a chegada do marido embriagado. Desta forma, o leitor é conduzido para a agonizante perspectiva da suplicante protagonista. Então, repentinamente ocorre uma ruptura na narrativa, característica da literatura portuguesa pós-moderna, surgindo uma voz em terceira pessoa: “*Protege-a bem. Protege-a a ela e ao marido dela*” (Jorge, 1997, p. 4). E a seguir são dadas informações sobre o marido que trabalha em uma oficina de carros, de onde sai às cinco horas e embriaga-se até as sete, quando então vai para casa. As súplicas da mulher são direcionadas em primeiro lugar pela proteção ao marido em decorrência do risco que corre no trabalho e na sua volta para casa pois, ao contrário dos outros homens, não fica bambo com a embriaguez. No trecho: “(...) o



marido da porteira tem um vinho erecto (...)” (p. 4), pode se depreender que, ao embriagar-se, ele se torna mais agressivo, incorrendo em maior risco para si mesmo, na rua, e para a mulher, em casa. Não à toa, a casa é considerada o lugar mais perigoso para a mulher, conforme estudo feito pela ONU (Reuters, 2018), o que denuncia o desequilíbrio das relações no ambiente doméstico.

Retornando ao conto, a protagonista é referida apenas pela função que exerce, a de porteira, e somente é nomeada por meio dos gritos do marido agressor ao chegar em casa: “*Lúcia! Ó Lúcia!*” (p. 5). A porteira Lúcia se esconde do marido atrás das gaiolas na varanda, no escuro, sob panos, onde consegue escapar da sua fúria.

Os moradores do prédio costumam reclamar do barulho e a porteira dá a conhecer os moradores - um aviador, um médico, um recém-nascido, um ancião, advogados e uma assistente social, e coloca as necessidades de descanso deles acima de seu próprio sofrimento: “*Ela não vai, por sua causa particular, incomodar tanta gente (...)*” (p. 6), levando-a manifestar suas preces de proteção em silêncio, por vezes somente movendo os lábios. Também é revelada a precariedade de sua habitação, pequena, cujo hall de entrada é chamado de sala, localizado no último andar do prédio, dividindo espaço com antenas, chaminés, escoadouro de água da chuva. A porteira rebelava-se ao descobrir um conluio entre os moradores - advogado, médico e assistente social, os quais, cientes da violência que sofre, se oferecem para ajudá-la a separar-se do marido. A porteira, no entanto, considera o casamento um sacramento indissolúvel, acima até de um homem comparado a *Rex*, *Jesus*, *bendito fruto*, colocando-se, então, numa condição ainda mais inferior, se acaso não tivesse um marido.

Considera triste, assim, a ideia da assistente social de que uma mulher possa ser um ser completo sem um marido. Ao rebelar-se contra o conluio dos moradores, enumera as *virtudes* do marido por não a agredir quando não bêbado, por dar-lhe dinheiro para o sustento da casa, pela sensação de segurança ao seu lado, pelos pequenos consertos domésticos, pelas pequenas ordens a que ele lhe obedecia calado, quando não embriagado.



É, então, tomada por uma *coragem* e decide não mais se esconder do marido e, sim, aguardá-lo já à porta, surpreendendo-o. Imagina tudo o que fará para agradar o marido tirando seus sapatos, massageando seus pés, esfregando suas mãos, amparando-o, embalando seu sono, tudo para evitar que os seus gritos incomodem novamente os vizinhos. E essa coragem faz com que ela dispense as súplicas à Mãe Rainha, e assim o tempo passa rápido, até que o marido chega. Sua reação ao vê-la é de incredulidade, como se não soubesse o que fazer quando enfim a encontra de pronto junto à porta, não sendo necessário o grito, a procura, até o desfalecimento alcoólico. Ele aceita a recepção da mulher, que lhe tira a roupa, os calçados, é conduzido ao quarto, sem nenhum barulho. Então, ele procura em seu casaco o isqueiro e acende uma vela. A porteira permanece muda, pronta a desafiar os que lhe sugeriram “*uma separação desventurosa, um desquite profano*” (Jorge, 1997, p. 8, 9). Entretanto, o marido atea-lhe fogo na roupa de *nylon*, que ela tenta apagar, porém o fogo se alastra por todo seu corpo, cabelo, e ela retoma suas súplicas em silêncio, correndo em chamas, descendo pelo prédio até o quinto andar, para na porta do advogado, e lá permanece em silêncio, implorando pelo socorro da *Regina* e do *Rex*, até que morre.

As súplicas de proteção invocadas pela porteira ao marido podem ser vistas como uma metonímia pela proteção ao casamento, sendo depois direcionadas à casa e contra a ira dos vizinhos pelos ruídos da chegada do marido, remetendo, por consequência, ao lema *Deus, Pátria e Família*, que exaltava os ideais conservadores do salazarismo. Oliveira (2019), afirma em seu artigo “*Marido*, de Lídia Jorge: a percepção subjetiva da violência do Estado Novo”, que a obra literária de Lídia Jorge parte do pressuposto de um compromisso autoral cuja tarefa central seria a observação atenta e exigente do *tempo que passa*, ou ainda, de uma aguda compreensão da conjuntura, colocando em relevo a presença impositiva do governo do Estado Novo (1933-1974). O articulista aponta, ainda, no conto, uma camada submersa de sentido tendo o tema da violência como mediadora das relações, “uma vez que ela está em pauta por determinação de um regime de governo, emaranhada no corpo como obrigação de fidelidade às normas vigentes (Oliveira, 2019, p. 08).”



O Marido não é nomeado, e assim é que dá título ao conto. Como se representasse não um tipo específico de homem, mas sim uma categoria geral, denunciando, desta forma, o sistema patriarcal onde são produzidas e reproduzidas as estruturas de dominação masculina. Tais estruturas são responsáveis pelo fenômeno da violência contra mulheres, as quais se submetem à dominação masculina em razão de uma inculcação produzida pela Família, pela Escola, pelo Estado, e principalmente pela Igreja, conforme aponta Bourdieu e ficará demonstrado em análise a ser desenvolvida na próxima seção.

3. Confluências entre Mia Couto e Lídia Jorge

Muitas confluências podem ser observadas entre a escrita de Mia Couto e Lídia Jorge, como já apontado por Gomes e Rios (2012), entretanto, esta análise buscará estabelecer paralelos entre os contos que possam apontar para o paradoxo da submissão feminina. A primeira delas é quanto à não nomeação de alguns dos personagens. Ao não nomear sua protagonista, descrita como habituada a *restos de vida* e referida como uma figura desfocada e em segundo plano na fotografia em que surge ao lado do marido, Mia Couto parece simbolizar milhares de outras mulheres que são relegadas à condição de subalternas e cujas existências são apagadas, *sem pertença nem presença*, silenciadas e oprimidas pela estrutura patriarcal da sociedade. No entanto, ao mesmo tempo, o escritor dá voz a sua protagonista para que ela própria faça conhecer seu martírio e, assim, conduz o leitor para a perspectiva psicológica da mulher.

A protagonista de Lídia Jorge, por seu turno, somente é nomeada aos gritos quando o marido irrompe bêbado pela casa, pois até sua chegada ela é referida apenas pela função que exerce – a de porteira. Também ela é quem narra seu martírio e, a focalização espacial, assim como em Mia Couto, é o ambiente doméstico, como se o universo de ambas fosse reduzido ao lar. Ambas as protagonistas estão restritas ao espaço da casa, uma em decorrência de sua função como porteira, e a outra ao revelar que durante anos considerava a chegada do marido ao lar, denunciada pelo ruído de seus passos, uma ameaça. Bourdieu, ao tratar da construção



social dos corpos (1998, pp. 20-24), demonstra que a divisão das atividades ocorre de forma arbitrária, segundo a oposição entre masculino e feminino e que esses esquemas universais de pensamento acabam por instituir uma ordem social alicerçada na divisão sexual do trabalho, reservando o espaço doméstico à mulher.

No primeiro dos artigos selecionados do semanário moçambicano *Savana*, intitulado “O que prende as vítimas de violência?”, (WLSA, 2008) é informado que por meio de um estudo feito pelo Gabinete de Atendimento às Mulheres e às Crianças (da PRM) da cidade da Beira (Moçambique), foram apontadas algumas das causas pelas quais a vítima de violência desiste das queixas apresentadas contra seus agressores e entre elas está o fato das próprias vítimas se considerarem culpadas pelas agressões, bem como o temor de uma violência ainda maior em razão da denúncia.

A crença da mulher na própria culpa pela violência da qual é vítima está representada em ambos os contos, porém de formas distintas. A personagem de Mia Couto revela que, após a sessão de tortura a que era submetida, seu marido chorava para que ela sentisse pena de suas mágoas e desta forma ela passava a ser culpada pelo comportamento agressivo dele: “*Eu era culpada por suas culpas*” (Couto, 2003, n.p.). A submissão à violência perpetrada pelo marido a fez habituar-se com a situação, afirmando que com o tempo as dores já não lhe custavam. Estava habituada ao sentimento de pânico que antecedia a chegada do marido, cujos passos se aproximando representavam uma sombria ameaça. A protagonista, no entanto, espontaneamente aguardava de forma passiva a violência tão conhecida.

Bourdieu afirma que lembrar os traços que a dominação imprime nos corpos e seus efeitos não significa ratificar a dominação e culpar a vítima pela *tendência à submissão*, mas, sim, assinalar que isso é resultante das estruturas que desencadeiam mecanismos que contribuem para sua reprodução, apontando ainda que esse comportamento não é um ato intelectual consciente, livre, deliberado, mas resultante de “um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados (...) que o tornam *sensível* a certas manifestações simbólicas do poder” (1998, p. 72).



A inversão da culpa em Lídia Jorge, por sua vez, apresenta essa situação de forma subliminar. A porteira acredita que recebendo o marido de pronto, sem se esconder, tirando-lhe os sapatos, esfregando suas mãos, massageando suas pernas, embalando-o como a um filho, as agressões seriam evitadas e, portanto, observa-se a crença de que a culpa pelo comportamento violento do marido decorreria de seu próprio comportamento em relação a ele. Esta última protagonista remete à figura da *esposa maternal*, identificada por Bourdieu. Ao refletir sobre a incorporação da dominação, o sociólogo conclui que as mulheres, simbolicamente dedicadas à resignação e à discrição, só podem exercer algum poder com as mesmas armas com as quais são dominadas, o que acaba confirmando a dominação:

É o caso, sobretudo, de todas as formas de violência não declarada, quase invisível por vezes, que as mulheres opõem à violência física ou simbólica exercida sobre elas pelos homens, que vão da magia (...) ou da *passividade* (...) ao amor possessivo dos possessos, como a mãe mediterrânea ou da *esposa maternal*, que vitimiza e culpabiliza, vitimando-se e *oferecendo* a infinitude de sua devoção e de *seu sofrimento mudo em doação sem contrapartida possível*, ou tornada dívida sem resgate (1998, p. 59, 60).

Tanto a passividade da primeira, quanto a oferta do sofrimento mudo da esposa maternal são produtos de inculcação pelas estruturas sociais a que foram expostas, ou seja, a experiência social incorporada – o *habitus*. Ambas não conhecem outra forma de agir e, assim, confirmam a dominação masculina. Seus comportamentos são conformados por essas estruturas e, ao mesmo tempo, estruturam essas estruturas sociais, confirmando o paradoxo da submissão que é, ao mesmo tempo, espontânea e extorquida.

No segundo artigo publicado em *Savana*, intitulado “A violência pode destruir-nos por dentro” (WLSA, 2008), a psicóloga moçambicana Manuela Almeida, experiente no atendimento a vítimas de violência, aponta que uma das razões para a mulher suportar a violência por muito tempo estaria relacionada à identidade da mulher na sociedade patriarcal, em que a educação de passividade e subordinação ao homem a faz sentir que não é nada se não tiver um homem, afinal, ela passa da condição de *filha de* para *mulher de*.



Nos dois contos analisados podemos observar que a representação das vítimas obedece a esse padrão de impossibilidade de oposição à violência a que são submetidas, sendo que ambas as protagonistas adotam postura de passividade diante do marido agressor. No conto de Lídia Jorge, a protagonista minimiza a violência praticada pelo marido: “Que importava *então que (...)* de vez em quando *a chamasse daquele jeito, (...)* perseguindo-a? (...) *Era só aquele instante (...)* ao todo uns quinze minutos de sobressalto.” (Jorge, 1997, p. 7). Pois, na sequência, o marido desabaria em razão da embriaguez e ela poderia, então, voltar para o interior da casa. No conto de Mia, a protagonista revela estar habituada a *restos de vida*, como um cão que se acostuma com sobras:

Durante anos, porém, os passos de meu marido ecoaram como a mais sombria ameaça. Eu queria fechar a porta, mas era por pânico. (...) Cumpria o fel de seu querer: me vergastava com socos e chutos. No final, (...) eu era culpada por suas culpas. Com o tempo, já não me custavam as dores. (Couto, 2003, p. 37)

Ao discutir os efeitos da dominação simbólica, Bourdieu afirma que estes se exercem através de esquemas de percepção, avaliação e de ação constitutivos dos *habitus*, fundamentando “uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma.”, produzindo o paradoxo da submissão espontânea e extorquida (1998, p. 68). Para ele, a força simbólica é uma forma de poder que atua com o apoio de predisposições que são produto de um trabalho de inculcação e de incorporação e que, portanto, a simples tomada de consciência libertadora não seria suficiente para superá-la. E sentencia: “O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque *o constroem como poder*” (Bourdieu, 1998, p. 72). É importante ressaltar que a colaboração a que se refere Bourdieu é produto do trabalho de reprodução (inculcação) perpetrado por instituições como Família, Escola, Igreja e Estado. Nesse ponto é que o sociólogo tece sua crítica ao movimento feminista daquele momento, afirmando que para romper a predisposição não bastaria somente a tomada de consciência e uma vontade, mas que seria necessária uma transformação radical nas condições sociais de produção de tendências que levam os dominados à adoção do ponto de vista dos dominantes, sobre estes e sobre si mesmos, ou para

50



ficar mais explícito, a ruptura da inculcação produzida pelas instituições - Família, Escola, Igreja (*Id.*, p. 75).

No conto *Marido*, a protagonista, ao se rebelar contra o conluio dos moradores para que se separasse de seu marido violento, considera isso como se lhe arrancassem metade do corpo: “*Se, mal tinha deixado de ser criança, já procurava um homem, era porque de facto metade de si andava nesse homem desde sempre.*” (p. 6, 7). Assim, podemos constatar nessa representação uma inculcação produzida pela Família, ratificada pela Escola, e sacramentada pela Igreja, de que a mulher não é um ser completo e precisa de um homem que a complete. Em “Os olhos dos mortos” a protagonista sofre durante anos a violência do marido, mas sonha com um “*milagre. Para que ele, mais uma vez, casasse comigo. E o mundo se abrisse, casa, cama e sonho.*” Apesar de toda a violência, ela ainda tem esperança, sustenta-se com seu próprio sofrimento, crendo que a violência que sofre é natural, pois até as costelas espaçadas são assim “*para que coração seja exposto e ferível.*”

Finalmente, no terceiro e último artigo publicado no semanário *Savana*, “Confissões religiosas pela aprovação da Lei contra a Violência Doméstica” (WLSA, 2008), são apresentadas as posições de duas importantes instituições religiosas em Moçambique: o Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO), representado pelo Sheik Cassimo David, e o Conselho Cristão de Moçambique (CCM), representado pelo Reverendo Dinis Matsolo. Ambos apontam que em suas doutrinas homens e mulheres são considerados iguais e que as desigualdades resultariam de construções sociais que colocam o homem como mais forte ou com poder absoluto sobre a mulher. O apontamento de ambos os líderes para a construção social como origem das desigualdades vai ao encontro da afirmação de Bourdieu. No entanto, em que pese o posicionamento da igualdade doutrinária afirmada por esses representantes, o fato é que, de forma geral, quase unânime, as lideranças religiosas são cargos ocupados por representantes do sexo masculino, o que por si só já seria algo a ser questionado. Se houvesse essa igualdade preconizada, por que não há mulheres figurando como líderes religiosas?



O tema religioso permeia as duas obras. As protagonistas prestam contas de suas condutas ao sagrado, no caso dos dois contos à religião cristã. A religiosidade parece ser conformadora do comportamento feminino.

Em Mia Couto a protagonista conta sua história por meio de um exame de consciência, que é uma preparação para o rito católico da confissão. Está se dirigindo a Cristo, a quem pede desculpas por considerar esplendoroso o que realmente acontece (a morte do marido) e não a esperança de que algo venha a acontecer (o milagre da mudança). Deixou a esperança de lado e decidiu agir por si mesma, antecipando-se ao castigo que receberia de seu marido, pois sabe que a morte será certa quando de seu retorno, pela *ofensa sem perdão* de tê-lo exposto em público ao buscar socorro fora do lar. Há uma analogia entre a caminhada feita por ela de sua casa até o hospital, para onde foi socorrida após desfalecer na rua, expondo suas feridas às vistas alheias, com o caminho percorrido por Cristo na *via crucis*, ao ser condenado à morte e suas chagas que são exibidas em público até o calvário, onde foi crucificado. A mulher de Venâncio, porém, após fazer seu exame de consciência, conclui que *se* errou, foi Deus quem pecou nela. Portanto, não se arrepende e ainda consegue *ser feliz* naquele momento em que se constata só consigo mesma, como nunca se havia permitido antes, já que até então considerava esse sentimento um pecado mortal.

Em Lídia Jorge, a protagonista Lúcia - a porteira, evidencia desde o início do conto o quão entranhada está em sua vida a religiosidade, enquanto são pronunciadas as palavras da ladainha suplicante *Salve Rainha*, de forma fragmentária, entremeada na narrativa. A porteira canta *como o Padre Romão canta para atingir o coração do Rex através da Regina* (mas canta baixo *por respeito*, para não incomodar os vizinhos, e *por determinação*, pois não aceita a sugestão dada por eles para se separar do marido). A protagonista de Lídia Jorge considera inadmissível a ideia de uma mulher ser um ser completo; é inconcebível para ela a vida sem o homem a quem se unira pelo casamento, que considera um sacramento indissolúvel (o que é um dogma católico), pois *“Se, mal tinha deixado de ser criança, já procurava um homem, era*



porque de facto metade de si andava nesse homem desde sempre, por vontade de alguma coisa que o sacramento elevava mediante uma cerimónia.” (p. 6, 7)

4. Agentes estruturantes - Família, Escola, Igreja

A afirmação da psicóloga moçambicana Manuela Almeida em artigo referido anteriormente, de que a educação de passividade e subordinação faz a mulher sentir que não é nada se não tiver um homem pois passa da condição de *filha de*, para *mulher de*, encontra uma representação magistral na personagem Lúcia, de Lídia Jorge. A porteira não consegue visualizar uma vida feliz em que não haja um homem para o qual lavar a roupa, com quem discutir, de quem se queixar com as outras mulheres, exhibir aos domingos, e mesmo por quem orar, afinal são essas as atuações cotidianamente esperadas da mulher na sociedade. Considera que somente seria um ser completo se fosse unida à outra metade de si, pois “Se, mal tinha deixado de ser criança, já procurava um homem, era porque de facto metade de si andava nesse homem desde sempre, por vontade de alguma coisa que o sacramento elevava mediante uma cerimónia.” (p. 6, 7). Pode ser observada nesse fragmento a atuação da Família e da Igreja para a constituição da ideia de que a vida de uma mulher precisa ser completada pelo homem. Se já procurava por um homem quando ainda era criança é porque sua família assim a ensinou e a conformou. Se na sociedade em que estava inserida isto era considerado desejável, é porque era uma prática considerada natural e comum a outros agentes. Se a Igreja ratifica esse rito de passagem de *filha de* para *mulher de*, é porque é necessário confirmar a dependência feminina a um outro ser que a complete, de se juntar a um homem, pois a mulher sozinha não é um ser completo. Para Bourdieu, há duas operações acumuladas e condensadas na força da dominação masculina: “(...) *ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria, uma construção social naturalizada.*” (1998, p. 45).

Ao conceituar a violência simbólica, Bourdieu (1998, p. 61) afirma que a dominação masculina se ratifica na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e



reprodutivas, bem como de esquemas imanentes a todos os *habitus*, e, ainda, que as próprias mulheres aplicam esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessas relações de poder, acrescentando ainda que as estruturas de dominação são produto de um trabalho de reprodução perpetrado por agentes específicos (os homens) e instituições (Família, Igreja, Escola, Estado)” (*Id.*, pp. 63, 64). Para o sociólogo “Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais (*Id.*, p. 64)”.

A protagonista de Mia Couto, apesar de toda violência a que é submetida, além de esperar pelo milagre da mudança do marido agressor, ainda sonha em dar a ele um filho após várias tentativas de engravidar, conforme se depreende do trecho: *Mais uma vez era falsa esperança*. Ela equipara-se a uma *fonte seca*, e considera o fato de saber que não estava grávida ainda mais doloroso do que se tivesse abortado em razão das agressões. Ao referir-se a si mesma como uma fonte seca, revela que o papel de procriadora está tão arraigado em seu destino como mulher, que passa a ser visto como sinal de validação de sua feminilidade. Se abortasse como consequência da agressão, a culpa seria do marido, mas como foi incapaz de engravidar, a culpa pela violência que sofre recai sobre si mesma.

Apresentando as noções basilares do livro *O segundo sexo (1949)*, de Simone de Beauvoir, os autores Silva e Lima (2017, pp. 88) argumentam que, para Beauvoir, no contexto do patriarcado foi atribuído à mulher o papel de procriadora, do qual não poderia escapar, mas esse *destino* era simplesmente uma obediência a costumes e tradições, julgados corretos em nome de determinados valores e não à sua natureza em si.

Ao discorrer sobre a reprodução da dominação e da visão masculinas, Bourdieu, em nota de rodapé, atribui à Família o papel principal dessa reprodução, pois é onde a experiência precoce é imposta e, quanto à Igreja, aponta que esta inculca uma moral familiarista, “completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres” (1998, p. 140, 141).



Para além de se dedicar a sua *outra metade*, a protagonista de Lídia Jorge se anula por inteiro e valoriza exclusivamente a vida do marido. Sua função é a de servir e de viver para ele, a quem vê como imprescindível e cujo vício da bebida é apenas um desvio de seu bom caráter. A porteira chega a enumerar as *virtudes* do marido para demonstrar o quão necessário ele é em sua vida, revelando outros aspectos violentos sobre o comportamento dele: possui arma de fogo, é agressivo com serviçais, enfrenta a polícia. Mas para ela essa relação de dominação é vista como natural, já que incorporou a noção da mulher como ser submisso, o que está de pleno acordo com o que Bourdieu chamou de violência simbólica.

A *permissão* dada pelo marido para que possa exercer a devoção é vista pela porteira como uma grande virtude, ao contrário dos outros maridos que desconfiam até do padre Romão. A porteira avalia a sacralidade do casamento acima de qualquer perigo em que possa incorrer nas mãos do marido violento. A tentativa dos inquilinos de ajudá-la é vista como profanação. Em outra nota de rodapé (1998, p. 69), Bourdieu chama a atenção para “a eficácia simbólica da mensagem religiosa (...) que repousa claramente em um trabalho prévio de socialização religiosa (catecismo, frequência ao culto e, sobretudo, imersão precoce em um universo impregnado de religiosidade)”, como exemplo de predisposição para a submissão à força simbólica. Nesse sentido, podemos observar no conto analisado a atuação de algumas estruturas de dominação: a violência simbólica por parte do marido - que exerce a dominação biologicamente naturalizada e que no entanto é produto de uma construção social; da instituição Família - que inculca a necessidade de procurar um homem como marido para substituir o lugar do pai; e finalmente da Igreja que, amparada no texto bíblico, conforma o comportamento feminino, confirmando a inferioridade da mulher através de noções como a culpa pela expulsão do paraíso e o pecado original, além de reforçar o papel de submissão da mulher *virtuosa e sábia* diante do marido.



5. Conclusão

Este estudo buscava constatar a existência, e a maneira como se encontram representados na produção literária, do paradoxo da submissão feminina apontado por Pierre Bourdieu, que afirma ser, ao mesmo tempo, espontânea e extorquida. A análise literária partiu de dois contos produzidos por escritores do período pós-colonial – o moçambicano Mia Couto e a portuguesa Lídia Jorge, respectivamente, os contos “Os olhos dos mortos” (2003) e “Marido” (1997). A análise também buscou identificar nos contos a contribuição de agentes específicos e instituições, que produzem e reproduzem as estruturas de dominação, conforme estabelecido por Bourdieu.

Na nossa análise, pudemos constatar que ambos os escritores, ao realizarem uma observação atenta da sociedade na qual estão inseridos, foram extremamente hábeis ao representarem o paradoxo da submissão feminina: espontânea, enquanto manifestação da permanência na situação de submissão ante a dominação masculina, pois o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados, e extorquida, enquanto resultante de uma aparente impossibilidade de mudança, pois os dominados só se subordinam ao poder porque eles mesmos o constroem.

A segunda parte da análise apontou nos contos a representação do trabalho de inculcação efetivado por instituições como a Família, que naturaliza o fato de uma menina priorizar desde cedo o casamento, que substituirá o homem na relação de dominação, passando de *filha de* para *mulher de*. A Igreja, significativamente presente nos dois contos, instituição dominada por valores patriarcais e pelo dogma da inata inferioridade das mulheres, como apontado por Bourdieu, que atua no inconsciente feminino, sendo caracterizada pela culpa que as protagonistas atribuem a si mesmas pela violência que sofrem. O Estado, como instituição cujo dever é a promoção do bem-estar social, também está subliminarmente representado nos dois contos: no silêncio diante das agressões sofridas pelas duas protagonistas. Esse silêncio está demonstrado no fato do agressor estar dormindo em sua casa, mesmo após uma semana de internação em decorrência da violência física, em um conto, e no outro, no fato do edifício



todo ter conhecimento da violência de que era vítima a porteira e mesmo assim, seu sofrimento só teve fim com sua própria morte.

Portanto, restaram demonstradas as representações do paradoxo bourdieusiano quanto à submissão feminina - espontânea e extorquida, nas produções literárias analisadas, cuja temática é a violência contra a mulher.

Bibliografia:

ARNAUT, A. P. *Post - modernismo: O futuro do passo no romance português contemporâneo*. Via Atlântica, [S. l.], v. 1, n. 17, p. 129-140, 2010. DOI: 10.11606/va.v0i17.50544. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50544>. Acesso em: 20/12/2022.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero*. In: *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 117-135.

COUTO, Mia. *Os olhos dos mortos*. In: *O fio das missangas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Centro de Documentação de Autores Portugueses. Biografia: Lídia Jorge. Lisboa, 2012. Disponível em: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=8085>. Acesso em 09/11/2022.

EBC Empresa Brasil de Comunicação. *Violência contra mulher é fenômeno universal e, em 33 países, é considerada normal por elas*. Agência Brasil, Brasília, 20 out. 2010. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-10-20/violencia-contra-mulher-e-phenomeno-universal-e-em-33-paises-e-considerada-normal-por-elas>. Acesso em 05/12/2022.

GO, Julian. Bourdieu, Argélia e a Perspectiva Pós-Colonial. *Contemporânea*, v. 8, n.1, p. 11-32, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.049>. Acesso em 04/01/2023.



GOMES, Alexandre R., RIOS, Otávio. Convergências pós-coloniais: Lídia Jorge e Mia Couto. In: *Multimodalidade, gêneros e discursos: teorias e análises*. Neiva Maria Machado Soares (Org.). São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 302p., e-book. pp. 242 – 265.

JORGE, Lídia. Marido. In: *Marido e outros contos*. Portugal: D. Quixote, 1997.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Violência contra mulheres é “pandemia mais longa e mortal do mundo”, diz secretário-geral da ONU*. Brasília, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175711-violencia-contra-mulheres-e-pandemia-mais-longa-e-mortal-do-mundo-diz-secretario-geral-da>. Acesso em 05/12/2022.

NOA, Francisco. *Literatura colonial em Moçambique: o paradigma submerso*. Via Atlântica, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 58-69, 1999. DOI: 10.11606/va.v0i3.49007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49007>. Acesso em: 05/01/2023.

OLIVEIRA, Aluisio B. *ÁFRICA(S), MOÇAMBICANIDADE, MIA COUTO: uma varanda para o Índico*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 03 abr. 2012. p. 79. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16220>. Acesso em: 05/11/2022.

OLIVEIRA, Marcos Vinícius Ferreira de. *Marido, de Lídia Jorge: a percepção subjetiva da violência do Estado Novo*. Revista do Centro de Estudos Portugueses, [S.l.], v. 39, n. 61, p. 101-115, ago. 2019. ISSN 2359-0076. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/15391>. Acesso em: 04/11/2022.

REUTERS. *Lugar mais perigoso para mulheres é a própria casa, diz ONU*. Thomson Reuters Foundation, Londres, 26 nov. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/comportamento-mulheres-violencia-idBRKCN1NV1QQ-OBRTTP>. Acesso em: 15/11/2022.

SILVA, Edson S., LIMA, Wallas J. *Simone de Beauvoir e O segundo sexo: texto e contexto*. In: O Feminino e o Moderno. VILELA, Ana Luísa; SILVA, Fabio Mario da; DAL FARRA, Maria Lúcia (Org.). Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, agosto de 2017. pp. 79-95.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Brasília DF, 2015. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 11/12/2022.



WLSA – Mulher e lei na África Austral. O que prende as vítimas de violência? Savana, Moçambique, 25 abr. 2008. Disponível em: <https://www.wlsa.org.mz/muitas-mulheres-so-precisam-que-alguem-lhes-de-coragem/>. Acesso em: 15/11/2022.

WLSA – Mulher e lei na África Austral. A violência pode destruir-nos por dentro. Savana, Moçambique, 09 mai. 2008. Disponível em: <https://www.wlsa.org.mz/a-violencia-pode-destruir-nos-por-dentro/>. Acesso em: 15/11/2022.

WLSA – Mulher e lei na África Austral. Confissões religiosas pela aprovação da Lei contra a Violência Doméstica. Savana, Moçambique, 18 abr. 2008. Disponível em: <https://www.wlsa.org.mz/a-violencia-pode-destruir-nos-por-dentro/>. Acesso em: 15/11/2022.

